

Manifesto in memoriam do IESAE/FGV

*Para que o "passado não se apague"
já que o "futuro dura muito tempo"*

Em junho de 1990, através da portaria nº 24, a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, imbuída do ideário neoliberal e da "modernidade collarida", de uma só vez, extinguiu oito órgãos e, dentre eles, o Instituto de Estudos Avançados em Educação (IE-SAE) que completava 20 anos. Instituto reconhecido pelos Comitês científicos do CNPq e pelas avaliações da CAPES do Ministério da Educação como Programa de excelência. Incorporando o discurso da modernidade, da qualidade e da produtividade sem definir qual modernidade, que qualidade, e produtividade para quem, a FGV sequer levou em consideração tais aspectos. O IESAE contava com 106 alunos regularmente matriculados. Não por acaso foram extintos os órgãos que tinham uma ligação mais direta com as áreas sociais.

Na ocasião, um grande movimento de instituições científicas, intelectuais, alunos e ex-alunos exerceram uma pressão exemplar sobre a direção da FGV. Este movimento teve sua expressão mais significativa na presença da comunidade científica e cultural num ato público em defesa da Cultura e da Educação no Teatro Casagrande. Ato este coordenado pelo Prof. José Américo Peçanha, de saudosa memória. Vários textos e artigos divulgados pela imprensa, incluindo um de José Américo, expunham aquilo que se cunhou como sendo o "massacre" da cultura e da educação. A FGV, em nome da produtividade e da contenção de despesas fez-se surda e muda.

Uma liminar da justiça concedida aos 106 alunos, que estavam produzindo suas teses ou fazendo curso, obrigou a FGV a restabelecer os direitos que queria friamente usurpar. Mesmo com a demissão de 50% do corpo docente e de 90% do corpo técnico-administrativo, no início de 1991, foi possível restabelecer o ambiente acadêmico mínimo para dar prosseguimento à orientação dos trabalhos de pesquisa dos alunos. Graças à luta por seus direitos, a maioria destes alunos foi concluindo seus trabalhos, mantendo o IESAE como um dos Programas de Pós-Graduação mais produtivos e de excelência da área e, de longe, o mais produtivo dos programas de pós-graduação da FGV. Os dados quantitativos e os elementos qualitativos podem ser facilmente confrontados e julgados.

Com a pressa de liquidar de vez o IESAE, em nome da contenção de despesas e de manter apenas órgãos ou institutos que dão lucro, (educação e cultura sempre

foram direitos e investimento em qualquer sociedade civilizada), em 28.02.94 a FGV demitiu os últimos sete professores e a única funcionária. Cabe frisar que, na data acima, os efeitos da liminar não haviam findado, já que a mesma demarcava apenas o prazo regimental para os alunos entregarem suas teses. O próprio regimento aprovado pela FGV, e de resto na pós-graduação, estipula um prazo de 30 dias para o exame público das teses e, se for o caso, mais 60 dias para eventuais modificações.

O dado paradoxal é que há cerca de dez alunos com os trabalhos concluídos, com as bancas formadas e cujos orientadores estão demitidos e o instituto pelo qual têm direito inequívoco de se formarem e por ele serem diplomados está extinto.

O que é preciso registrar na *memória social*, é que ao mesmo tempo que em nome da contenção de despesas foram extintos 8 órgãos que mais claramente tinham retorno para a sociedade e despedidos centenas de funcionários e pesquisadores, implantava-se no prédio da FGV uma estrutura financeiro-empresarial. Elucidativo é o fato de que a livraria foi reduzida a pouco mais de um terço do seu espaço para dar lugar a uma agência do Banco Real.

O que fica claro é que a FGV-RJ, que durante toda sua história de 50 anos se projetou nacional e internacionalmente graças a um vínculo direto com o fundo público mediante verbas substantivas e compulsórias que além de manter seus quadros permitiu construir um imenso patrimônio, está se transformando numa empresa ou espécie de escritório e cartório que beneficia a esperteza de um reduzido grupo que, autocraticamente, *desprovido de cultura humana e histórica mais profunda*, segue friamente os verbos e verbetes, substantivos, adjetivos e chavões da cartilha neoliberal e definem que órgãos e que profissionais devem permanecer. A lógica da exclusão da maioria para elevar os ganhos de minorias está exemplarmente posta pela política que está sendo implementada na FGV.

É preciso questionar qual é a legitimidade e que critérios éticos sustentam a visível situação em que uma minoria cada vez mais reduzida se adona da imagem e da infraestrutura de uma instituição cujo patrimônio econômico e cultural resulta, predominantemente, de recursos do fundo público e, portanto, recursos da sociedade.

Os símbolos e imagem da FGV de instituição de pesquisa, pós-graduação e assistência técnica estão sendo diluídos. Sua imagem se apresenta mais como a de uma empresa de venda de serviços. A criação do cartão de crédito personalizado *Fundação Getúlio Vargas/SOLLO* é um exemplo emblemático desta nova imagem e do tipo de negócio que se vem fazendo às custas de um patrimônio construído durante meio século com recursos públicos.

Ao encerrar o último dia de trabalho do IESAE, que em sua história titulou aproximadamente 400 mestres, mais de mil especialistas, e cujos professores e téc-

nicos produziram um imenso acervo de livros, artigos, relatórios de pesquisa e trabalhos de assistência técnica e intercâmbio nacional e internacional, os abaixo assinados presentes nas defesas públicas das três teses defendidas neste 28.02.94, que-rem registrar, não apenas o repúdio e a consternação face a este "massacre" de um dos mais expressivos institutos de pesquisa e pós-graduação em educação, mas alertar a todos aqueles comprometidos com efetivos valores éticos e democráticos de que esta lógica necessita ser interrompida e as responsabilidades apuradas.

Nosso apelo é no sentido de que os setores governamentais que durante meio século permitiram, com o fundo público, construir o patrimônio da FGV, bem como organismos ligados à defesa da economia popular e aos direitos à educação e à cultura, se inteirem do que está ocorrendo. Por esta lógica, a péssima situação educacional e cultural de nosso país tenderá a se agravar. Por este caminho, demarcado pela exclusão, também os anseios de uma sociedade democrática ficam cada vez mais distantes.

Rio de Janeiro, 28.02.1994.

Seguem-se mais de cem assinaturas.

(Manifesto enviado à imprensa, ao poder executivo, legislativo e judiciário, às associações científicas, ex-alunos e à mais de uma centena de instituições de ensino, pesquisa e fomento à pesquisa e pós-graduação que ao longo de 22 anos estabeleceram rico e construtivo intercâmbio com o IESAE).